

Lição de Casa

Não chega a surpreender a reação ao anúncio de que o governo terá de cortar R\$ 10,3 bilhões nos orçamentos deste e do próximo ano para cumprir as exigências do novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A meta de superávit primário de 3,5% do PIB para 2002 significa, em cifras exatas, que a meta fiscal passa de R\$ 39,1 bilhões para R\$ 45,7 bilhões. Para chegar lá, ou bem o governo aumenta as receitas ou bem corta as despesas. A primeira hipótese é remotíssima, pois a carga tributária no país, como admite a própria Receita Federal, atingiu o limite do suportável. Sobra, então, a segunda alternativa: a da revisão orçamentária, com redirecionamento das prioridades dos gastos do governo federal. E esta é exatamente a parte da história que provoca choro e ranger de dentes.

O ministro do Planejamento, Martus Tavares, garante que "tudo será feito em cima de redução de despesas, pois não haverá aumento de tributos". Trata-se de boa notícia para as pessoas jurídicas e físicas que são obrigadas a recolher aos cofres públicos gordíssimo volume de impostos que não se vê em qualquer outro país. A arrecadação tributária no Brasil já representa 30% do PIB. O esforço, portanto, deve vir do lado das despesas. O governo terá de apertar o cinto e cortar o que for possível. Foi decidido que serão preservados os programas na área social, os investimentos no setor de energia elétrica e projetos considerados vitais para o último ano de mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Além disso, o governo pode reduzir a necessidade de cortes se retomar o programa de privatização, com ênfase na geração de energia e no saneamento básico.

De qualquer forma, haverá cortes orçamentários. Mas não somente por exigência do FMI. A economia mundial mergulhou em crise e o Brasil não pode correr o risco de desorganizar suas finanças. Não é o momento, nem a hora. Obviamente, a decisão de enxugar ainda mais o Orçamento desagrada aos políticos. No próximo ano haverá eleições gerais, com renovação da Câmara e de parte do Senado. Parlamentares da situação contavam com que a tradição fosse mantida e o governo federal abrisse as burras com o objetivo de angariar apoio popular. Afinal, a gastança em época de eleições faz parte do folclore político. Porém, só lhes resta mudar de discurso e de estratégia para 2002. Em lugar da abundância, serão chamados a defender a austeridade. E a visão tradicional leva a crer que austeridade fiscal não dá votos.

Enganam-se os descontentes e decepcionados. A opinião pública entendeu há tempos que o bom governante não é aquele que promete mundos e fundos. Merece votos o político capaz de manter as contas em ordem e em equilíbrio, e não o perdidário e demagogo que não enxerga limites nos recursos públicos. A disciplina fiscal é condição essencial para o bom desempenho do Executivo, em todas as esferas. É ela que sustenta os investimentos nos serviços básicos que competem ao Estado. Se o ajuste fiscal faz parte do receituário ortodoxo, não vem ao caso. Sabe-se muito bem aonde a inflação foi parar com remédios heterodoxos.

A lição é simples e nada tem a ver com o FMI. Quem gasta mais do que arrecada está certamente atrás de votos. Mas não dá a mínima para o futuro do país. O eleitor haverá de punir a inconsequência.